



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 175

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 44ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 1998**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a realização de Sessão Extraordinária, logo após a Sessão Ordinária do dia 15 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 14.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 288/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registros, previstos na Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 288/96

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Os concursos de ingresso e de remoção nos serviços notariais e de registros serão realizados pelo Poder Judiciário, na comarca onde se verificar a vacância, observado o disposto nesta lei.

Art. 2º - Os concursos, em cada comarca, serão presididos pelo Juiz de Direito do Fórum, ou por Juiz designado pelo Tribunal de Justiça por indicação da Corregedoria Geral.

Art. 3º - Participarão obrigatoriamente do concurso, em todas as suas fases:

I - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná;

II - 01 (um) representante do Ministério Público;

III - 01 (um) representante dos Notários;

IV - 01 (um) representante dos Registradores.

Parágrafo Único - Os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público serão indicados, respectivamente, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelo Procurador Geral da Justiça, e o Notário, o Registrador e os Suplentes, pelas respectivas Entidades, Seção do Paraná.

TÍTULO II DOS CONCURSOS

Capítulo I

Do Concurso de Ingresso

Art. 4º - O ingresso nos serviços notariais e de registros far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, segundo o disposto na presente Lei e no Regulamento aprovado pelo Conselho da Magistratura.

Art. 5º - O prazo para inscrição será de 10 (dez) dias, a contar da data da primeira publicação do edital.

Art. 6º - O edital será publicado 3 (três) vezes no Diário da Justiça, cabendo ao Juiz Presidente do Concurso dar-lhe ampla publicidade, pelos meios que possuir.

Art. 7º - O edital de concurso conterà as matérias sobre as quais versarão as provas de conhecimentos, os critérios de desempate e os títulos que o candidato poderá apresentar.

Art. 8º - São requisitos para ingresso nos serviços notariais e de registros:

a) ter habilitação em concurso público de provas e títulos;

b) ser brasileiro;

c) demonstrar capacidade civil;

d) ser bacharel em Direito ou comprovar 10 (dez) anos de efetivo exercício em serviço notarial ou de registro;

e) estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

f) apresentar certidões dos ofícios distribuidores cível e criminal;

g) apresentar comprovante de residência, desde os 18 (dezoito) anos de idade; e

h) demonstrar capacidade física e mental para o exercício da função.

Art. 9º - O concurso de ingresso será composto de provas de conhecimento e de títulos valendo 10 (dez) pontos cada, sendo:

a) pelo 8 (oito), a nota final para as provas de conhecimento;

b) peso 2 (dois), a nota final para a prova de títulos.

§ 1º - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a média ponderada final igual a 5 (cinco).

§ 2º - Durante o procedimento seletivo poderá ser realizada, pela banca examinadora, em caráter reservado, sindicância sobre a vida pregressa dos candidatos.

§ 3º - Os candidatos aprovados deverão apresentar laudo firmado por junta médica oficial, demonstrando capacidade física e mental para o exercício do cargo.

§ 4º - A sindicância e os exames previstos nos parágrafos 1º e 2º têm caráter eliminatório.

Capítulo II

Da Remoção

Art. 10 - A remoção poderá ocorrer por permuta ou concurso.

Art. 11 - A permuta, no interesse da Justiça, dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º - O pedido, será feito em conjunto, pelos titulares dos ofícios interessados na permuta.

§ 2º - O Presidente do Tribunal de Justiça encaminhará o processo ao Corregedor da Justiça, que o relatará perante o Conselho da Magistratura e este decidirá sobre o deferimento ou não do pedido.

Art. 12 - O concurso de remoção será composto de provas de conhecimento e de títulos, valendo 10 (dez) pontos cada, sendo:

a) peso 8 (oito), a nota final para a prova de conhecimento;

b) peso 2 (dois), a nota final para a prova de título.

Parágrafo Único - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem a média ponderada final igual a 5 (cinco).

Art. 13 - Os titulares de serviços notariais e de registros, independentemente de entrância, que já exercam a atividade por mais de 2 (dois) anos, prazo este contado da data do efetivo exercício na atividade até a publicação do primeiro edital, e que estejam aptos física e mentalmente ao exercício da função, estarão habilitados à inscrição.

Art. 14 - No edital de concurso serão indicados os critérios de desempate e demais informações, de acordo com a presente lei e com regulamento do concurso aprovado pelo Conselho da Magistratura.

Parágrafo Único - O prazo para inscrições será de 10 (dez) dias a contar da data da primeira publicação do edital.

Art. 15 - Findo o prazo de inscrição, a banca examinadora fará publicar edital no Diário da Justiça, contendo a relação de candidatos cujas inscrições forem indeferidas.

TÍTULO III DAS PROVAS

Capítulo I Das Provas de Conhecimento

Art. 16 - A aferição do conhecimento dar-se-á por meio de aplicação de provas, mediante a atribuição de notas até 10 (dez) pontos, cujas matérias serão especificadas no edital, abordando, exclusivamente, os seguintes temas:

I - conhecimentos gerais sobre direito notarial e de registro;

II - conhecimentos gerais de direito.

§ 1º - O domínio da língua portuguesa será avaliado em prova específica ou como critério de correção nas provas escritas.

§ 2º - As provas de conhecimento poderão ser teóricas ou práticas, conforme especificado no edital de concurso.

Capítulo II Da Prova de Títulos

Art. 17 - A prova de títulos será apurada mediante a atribuição de nota até 10 (dez) pontos.

Art. 18 - Do edital constarão os critérios de valoração dos títulos considerando os seguintes:

I - Tempo de serviço prestado como titular em serviço notarial ou de registro.

II - Tempo de serviço prestado como juramentado (art. 141, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciárias) em serventia notarial ou de registro.

III - Tempo de serviço público ou privado prestado a atividades relacionadas com a área notarial ou de registro, de no mínimo, 5 (cinco) anos.

IV - Apresentação de tese em congressos ligados a área jurídica.

V - Participação em encontros, simpósios e congressos sobre temas ligados aos serviços notariais ou de registros, mediante apresentação de certificado de aproveitamento.

VI - Aprovação em concurso para cargos da carreira jurídica.

VII - Aprovação em concurso de ingresso e remoção em serviço notarial e registral.

Capítulo III Dos Recursos

Art. 19 - As decisões do Juiz Presidente do concurso, relativamente à recusa da admissão de candidatos,

ao cancelamento de inscrição, à declaração de inaptidão física e mental e à classificação final dos aprovados, serão passíveis de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias, ao Conselho da Magistratura.

§ 1º - O recurso, devidamente fundamentado, será dirigido ao presidente da Banca Examinadora, que o apreciará previamente, em juízo de sustentação ou reforma, fundamentando a decisão. Mantida esta, o recurso subirá ao julgamento do Conselho da Magistratura.

§ 2º - Compete à Banca Examinadora julgar, motivadamente, os pedidos de revisão de notas das provas escritas e de títulos.

§ 3º - Compete ao Conselho da Magistratura o julgamento, em caráter definitivo e final, dos recursos previstos neste artigo.

§ 4º - Havendo recurso pendente de julgamento, ficará assegurado ao candidato a participação nas provas.

Capítulo IV Das Disposições Gerais

Art. 20 - O concurso será homologado pelo Conselho da Magistratura, cuja decisão será publicada no Diário da Justiça.

Art. 21 - O presidente do Tribunal de Justiça concederá a delegação dos serviços notariais e de registros, em rigorosa obediência à ordem de classificação no concurso.

Parágrafo Único - Em caso de empate entre candidatos, a preferência na classificação respeitará a seguinte ordem:

I - o mais antigo na titularidade de serviço notarial ou de registro;

II - o mais antigo no serviço público; e

III - o mais idoso.

Art. 22 - As vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de ingresso e uma terça parte por concurso de remoção.

Parágrafo Único - Nenhuma serventia notarial ou de registro permanecerá vaga sem abertura de concurso, de ingresso ou remoção, por mais de 6 (seis) meses.

Art. 23 - As serventias que não apresentarem receitas ou volume de serviços que justifiquem a sua manutenção ou instalação, quando vagas, poderão ser extintas por proposta do Corregedor Geral da Justiça e aprovação do Conselho da Magistratura.

Art. 24 - É dever do notário e do oficial de registro transmitir ao seu sucessor todo o complexo que compoñha a serventia, como livros, papéis, registros, programas e dados de informática instalados, de modo a permitir seja mantida a continuidade do serviço.

Art. 25 - A aprovação em concurso para provimento de cargo de notário ou de registrador, realizado no regime anterior a Lei nº 8.935/94, será considerada como título, nos termos no inciso VII, do Art. 18.

Art. 26 - Os titulares e os aprovados em concurso público de prova e títulos, do foro judicial ou extrajudicial, que estejam em virtude de designação respondendo por serventia vaga distinta na mesma ou em outra comarca, vedada a hipótese de acumulação, será nesta última efetivado se assim o requerer.

Art. 27 - Compete ao Conselho da Magistratura por proposta da Comissão de Organização e Divisão Judiciária, através do Corregedor Geral da Justiça.

I - Decidir pela acumulação ou desacumulação dos serviços notariais ou de registros, nos termos da Lei nº 8.935/94.

II - Autorizar a celebração de convênios entre entidades públicas ou privadas com os oficiais do registro civil das pessoas naturais quando de interesse da comunidade local com vistas a prestação dos serviços correspondentes.

Parágrafo Único - Nos municípios onde existam registro civil de pessoas naturais, sem acumulação de outras serventias, a estes será dada a preferência dos convênios autorizados.

Art. 28 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.98.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 572/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre novo Código de Divisão Judiciária do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 572/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os Artigos 166, 207, 210, 219, 220, 223, 235, 237, 254, 255, 257, e 261, da Lei nº 7.297 de 08 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 166...

§ 1º -...

§ 2º -...

I -...

II -...

III -...

IV -...

V - quando as escrituras é permitido as partes indicarem o Tabelião de sua preferência, mas nenhuma será lavrada sem que nela seja transcrito o bilhete de distribuição, assim como deverá ser consignado obrigatoriamente, entre outros, a apresentação em uma única certidão, por Ofício Distribuidor, relativo a feitos de jurisdição contenciosa, ajuizados, vedada a dispensa das mesmas.

VI -...

VII -...

VIII -...

§ 3º -...

I -...

II -...

III -...

IV -...

§ 4º -...

§ 5º -...

§ 6º -...

§ 7º -...

Art. 207...

I -...

II -...

III - duzentos e cinco (205) Juizes de Direito de entrância final, sendo:

a) - cento e cinquenta e um (151) Titulares de Vara.

b) - cinquenta e quatro (54) Juizes de Direito Substitutos.

IV -...

V -...

VI -...

VII -...

Art. 210 -...

1ª) - Comarca de Curitiba: 1ª, 2ª e 5ª Varas Cíveis;

2ª) - Comarca de Curitiba: 3ª, 4ª e 6ª Varas Cíveis;

3ª) - Comarca de Curitiba: 9ª, 10ª e 11ª Varas Cíveis;

4ª) - Comarca de Curitiba: 7ª, 8ª e 21ª Varas Cíveis;

5ª) - Comarca de Curitiba: 13ª, 14ª e 15ª Varas Cíveis;

6ª) - Comarca de Curitiba: 12ª, 16ª e 17ª Varas Cíveis;

7ª) - Comarca de Curitiba: 18ª, 19ª e 20ª Varas Cíveis;

8ª) - Comarca de Curitiba: 22ª, 23ª e 24ª Varas Cíveis;

9ª) - Comarca de Curitiba: 25ª, 26ª e 27ª Varas Cíveis;

10ª) - Comarca de Curitiba: Vara de Registros Públicos, Auditoria Militar e 1ª Vara de Família;

11ª) - Comarca de Curitiba: 2ª, 3ª e 4ª Varas de Família;

12ª) - Comarca de Curitiba: 1ª, 2ª e 3ª Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

13ª) - Comarca de Curitiba: 4ª, 5ª e 6ª Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

14ª) - Comarca de Curitiba: Varas de Infância e Juventude e Varas de Precatórias e Juizados Especiais;

15ª) - Comarca de Curitiba: 1ª e 2ª Varas de Execuções Penais; 1ª e 2ª Varas do Tribunal do Juri;

16ª) - Comarca de Curitiba: 1ª, 4ª e 7ª Varas Criminais;

17ª) - Comarca de Curitiba: 2ª, 5ª, 8ª e 10ª Varas Criminais;

18ª) - Comarca de Curitiba: 3ª, 6ª, 9ª e 11ª Varas Criminais;

19ª) - Comarca de Curitiba: 1ª, 2ª e 3ª Varas de Delitos de Trânsito;

20ª) - Comarca de Londrina: 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª e 11ª Varas Cíveis;

21ª) - Comarca de Londrina: 2ª, 4ª, 6ª, 8ª, 10 e 12ª Varas Cíveis;

22ª) - Comarca de Londrina: Varas Criminais de 1ª a 5ª, Varas de Família e anexos, Vara da Infância e Juventude, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios e Juizados Especiais;

23ª) - Comarca de Maringá: Varas Cíveis 1ª a 7ª e Varas de Famílias e anexos, 1ª e 2ª e Juizados Especiais;

24ª) - Comarca de Maringá: Varas Criminais, 1ª e 4ª, Vara da Infância e da Juventude, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

25ª) - Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis, 1ª e 4ª e Vara de Família e anexos, 1ª e 2ª e Juizados Especiais.

26ª) - Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais 1ª e 2ª, Vara da Infância e Juventude, Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

27ª) - Comarca de Cascavel;

28ª) - Comarcas de Campo Mourão, Mamborê, Peabiru e Iretama;

29ª) - Comarcas de Umuarama, Goioerê, Alto Piquiri e Icaraíma;

30ª) - Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pinhão, Pitanga e Manoel Ribas;

31ª) - Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marilândia do Sul;

32ª) - Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Terra Boa;

33ª) - Comarca de Foz do Iguaçu;

34ª) - Comarcas de Medianeira, Matelândia, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas e São Miguel do Iguaçu;

35ª) - Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza e Salto do Lontra;

36ª) - Comarcas de Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaratuba e Matinhos;

37ª) - Comarcas de Paranaíba, Alto Paraná, Paraíso do Norte, Terra Rica e Cantagalo;

38ª) - Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida e Mangueirinha;

39ª) - Comarcas de Arapongas, Astorga, Colorado e Centenário do Sul;

40ª) - Comarcas de Campo Largo, Araucária e Palmeira;

41ª) - Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Palotina, Ubatuba e Campina da Lagoa;

42ª) - Comarcas de Cornélio Procopio, São Jerônimo da Serra, Uraí e Assaí;

43ª) - Comarcas de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Pérola e Xambrê;

44ª) - Comarcas de Guaíra, Altônia, Iporã e Terra Roxa;

45ª) - Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Cândido de Abreu, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;

46ª) - Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;

47ª) - Comarcas de Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu;

48ª) - Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã e Porecatu;

49ª) - Comarcas de São José dos Pinhais, Piraquara, Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande e Pinhais;

50ª) - Comarcas de Colombo, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré;

51ª) - Comarcas de Toledo, Corbélia, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena;

52ª) - Comarcas de União da Vitória, Mallet e Palmas;

53ª) - Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;

54ª) - Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibiaporã, Primeiro de Maio e Sertãozinho;

55ª) - Comarcas de Castro, Jaguariaíva e Piraí do Sul;

56ª) - Comarcas de Irati, Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis, Rebouças e Teixeira Soares;

57ª) - Comarcas da Lapa, Rio Negro, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;

58ª) - Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Isabel do Ivaí;

59ª) - Comarcas de Nova Esperança, Mandaguaçu, Marialva, Paranacity e Sarandi;

60ª) - Comarcas de Santo Antonio da Platina, Joaquim Távora, Ribeirão do Pinhal, Congoninhas e Nova Fátima;

61ª) - Comarcas de Santo Antonio do Sudoeste, Barracão e Capanema;

62ª) - Comarcas de Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva e Tibagi;

63ª) - Comarcas de Wenceslau Braz, Arapoti, Senge e Siqueira Campos;

64ª) - Comarcas de Ibaiti, Tomazina e Curiuva.

Parágrafo Único

Art. 211 - ...

66. Londrina: compreendendo a sede, os Distritos Judiciários de Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luís e Maravilha (Município de Londrina) e Tamarana (Município do mesmo nome).

Art. 219 -...

I - 27 (vinte e sete) Varas Cíveis não especializadas;

II -...

III -...

IV - 06 (seis) Varas da Fazenda Pública Falências e Concordatas;

V -...

VI -...

VII -...

VIII -...

IX -...

X -...

XI -...

XII -...

Art. 220 - Aos Juízes das Varas Cíveis, de 1ª a 27ª, da Comarca de Curitiba compete por distribuição, o conhecimento, processo e julgamento de toda a matéria Cível e Comercial, ressalvada a competência das Varas especializadas.

Parágrafo Único: -...

Art. 223 - Aos Juízes das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, de 1ª a 6ª, da Comarca de Curitiba compete, por distribuição:

I -...;

II - processar e julgar as causas em que forem, do mesmo modo, interessadas as entidades autárquicas e de economia mista, Estaduais ou Municipais, Empresas Públicas, e as do interesse ou participação do Estado, Bancos Estaduais, concessionárias e permissionárias do serviço público no Estado, Fundações Públicas, e as Instituições Financeiras com participação ou vinculadas ao Poder Público;

III -...

IV -...

V -...

VI -...

Art. 235 -...

I - NO FORO JUDICIAL:

a) - trinta e nove (39) Escrivanias Cíveis, inclusive as especializadas;

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

1º Ofício: Distribuidor, Contador e Partidor na matéria de competência das Varas de Família; Varas da Fazenda Pública; Falências e Concordatas; Varas de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, Varas Criminais de 1ª a 18ª, Contador dos Ofícios de Protestos de Títulos, Tabelionatos de Notas de 8ª a 12ª.

2º Ofício: Distribuidor na matéria de competência das Varas Cíveis de 1ª a 27ª, Varas de Precatórias, Ofícios de Registros de Títulos, Documentos e de Registros de

Pessoas Jurídicas, Vara da Auditoria Militar, Tabelionato de Notas de 1ª a 7ª.

3º Ofício: -...

4º Ofício: Contador e Partidor, na matéria de competência das Varas Cíveis, de 1ª a 27ª Varas de Precatórios.

f) -...

g) -...

h) -...

i) -...

j) -...

l) -...

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) -...

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) -...

Art. 237...

I - Londrina: vinte e seis (26) Juízes de Direito.

II - Maringá: dezoito (18) Juízes de Direito.

III -...

IV -...

V -...

VI -...

VII -...

VIII -...

IX -...;

Parágrafo Único -...

Art. 254 -...;

I - Doze (12) Varas Cíveis, denominadas ordinalmente, por distribuição;

II -...

III -...

IV -...

V -...

Parágrafo Único -...

I - NO FORO JUDICIAL:

a) - doze (12) Escrivanias Cível

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) -...

g) -...

h) -...

i) -...

j) -...

k) -...

l) -...

m) -...

n) -...

o) -...

p) -...

q) -...

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) - seis (06) Tabelionatos de Notas, denominados ordinalmente

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

Art. 255 -...

I - Sete (7) Varas Cíveis, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª, por distribuição:

II -...

III -...

IV -...

V -...

Parágrafo Único -...

I - NO FORO JUDICIAL:

a) - sete (sete) Escrivanias do Cível

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) -...

g) -...

h) -...

i) -...

j) -...

k) -...

l) -...

m) -...

n) -...

o) -...

p) -...

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) -...

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

Art. 257 -...

I -...

II -...

III -...

Parágrafo Único...

I - NO FORO JUDICIAL:

a) -...

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) -...

g) -...

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) -...

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) - um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamento e Óbitos, acumulando precariamente o 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas

g) - um (01) Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, o 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 261 -...

I -...

II -...

III -...

Parágrafo Único -...

I - NO FORO JUDICIAL:

a) -...

b) -...

c) -...

d) -...

e) -...

f) -...

g) -...

h) -...

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o 1º Ofício de Protesto de Títulos;

b) -...

c) -...

d) -...

e) Segundo Ofício de Protesto de Título.

Art. 2º - São criados onze (11) cargos de Juiz de Direito de entrância final, e três (03) Cargos de Juiz Substituto de entrância final da Comarca de Curitiba.

Art. 3º - O titular ou os aprovados em concurso de Provas e Títulos do Foro Judicial ou Extrajudicial que, esteja, em virtude de designação, respondendo por serventia vaga, na mesma ou em outra Comarca, exceto em hipótese de acumulação, será nesta última efetivado se assim o requerer.

Art. 4º - Transforma o cartório Distrital da Warta no 6º Tabelionato de Notas de Londrina, com a extinção daquele Distrito Judiciário.

Art. 5º - Fica criado o 2º Ofício de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Paranavaí.

Art. 6º - Fica criado o 2º Ofício de Protesto de Títulos da Cidade e Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 7º - As despesas com a criação de Cargos e com a Execução do presente Código, correrão a conta das dotações Orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.98.

(aa) CESAR SELEME

Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Cíveis, regidos pela Lei Federal nº 5.194/66. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 173/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional regidos pela Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com as modificações posteriores, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os atuais servidores portadores de diplomas de nível superior definidos neste artigo e expedidos até a data de promulgação da presente lei serão enquadrados no presente Plano de Carreira, na conformidade do disposto nesta lei.

Art. 2º - Ficam criados o número de cargos para presente carreira equivalente ao necessário para o enquadramento dos atuais servidores, ocupantes de emprego público que trata o Artigo 1º, estruturados em 5 (cinco) classes, sendo a 5ª a inicial e a 1ª a classe final, havendo entre estas uma diferença estabelecida por porcentagem fixada em ordem decrescente, conforme estabelecido no anexo único, que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 3º - O ingresso na carreira de que trata a presente lei dar-se-á obrigatoriamente na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, tendo como membros da banca examinadora, a comissão paritária definida no Art. 14.

§ 1º - O concurso público compreende duas etapas, sendo a primeira constituída de uma prova escrita de caráter objetivo, avaliada em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, envolvendo conteúdo programático fixado na área de formação profissional dos integrantes do plano de carreira, conforme definido no Artigo 1º da presente lei.

§ 2º - A segunda etapa do concurso constitui-se-á na avaliação de títulos e observará a seguinte pontuação.

I- Capacitação profissional: Este grupo terá valor máximo atribuído de 2,0 (dois) pontos e serão considerados os cursos na área profissional que trata o Art. 1º, ministrado por estabelecimentos oficiais, concluídos com aproveitamento e carga horária expressos nos certificados.

a) Doutorado: 2 (dois) pontos

b) Mestrado: 1,8 (um ponto e oito décimos) por curso

c) Curso de Especialização com carga horária mínima de 360 horas: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso

d) Outro curso de nível superior: 1 (um) ponto por curso

e) Curso de atualização e ou aperfeiçoamento com carga horária de 120 A 360 horas: 0,5 (cinco décimos) de ponto por curso.

II - Experiência profissional: este grupo terá valor máximo de 3 (três) pontos, onde será considerado:

a) Tempo efetivo de serviço prestado como servidor público do Governo do Estado do Paraná: 0,5 (cinco décimos) de ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto o tempo adicional.

§ 3º - O resultado final será a soma dos pontos obtidos nas duas etapas, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 5 (cinco) pontos na prova escrita.

Art. 4º - O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, a partir da homologação, podendo ser nomeados nesse período, a critério do chefe do Poder Executivo, na ordem de classificação, candidatos aprovados em número não superior ao dobro de vagas existente na data de abertura do concurso.

Art. 5º - O concurso de ingresso na carreira será realizado, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder 5% (cinco por cento) do Quadro respectivo ou facultativamente, sempre que o reclamar o interesse público, a juízo do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O Edital conterá no mínimo, as matérias sobre as quais versarão as provas, os respectivos programas critérios de avaliação dos títulos e números de vagas existentes.

Art. 6º - Os cargos iniciais da carreira de que trata esta lei serão providos em caráter efetivo, por nomeação, obedecidas a ordem de classificação no concurso público.

Art. 7º - O chefe do Poder Executivo procederá ao enquadramento dos atuais servidores que preencham o requisito necessário ao exercício das profissões a que se refere a Lei Federal nº 5.194/66, observando o princípio

constante do inciso II, do Art. 34, da Constituição Estadual no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente lei.

Art. 8º - O enquadramento no plano de carreira dos servidores, ocupantes de emprego público, conforme dispõe o Art. 1 da presente lei, far-se-á observando-se rigorosamente a pontuação obtida pelo servidor, conforme os seguintes critérios:

I - Experiência Profissional:

a) Tempo de Serviço como profissional, conforme definido no artigo 1º desta Lei, na administração pública: 1,0 (um ponto) por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto tempo adicional.

b) Tempo de Serviço prestado ao estado, em outras funções: 0,3 (três décimos de ponto) por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto tempo adicional.

II - capacitação Profissional

a) Título de doutorado na área: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso.

b) Título de mestrado na área: 1,3 (um ponto e três décimos) por curso.

c) Curso de especialização, curso ou seminário de aperfeiçoamento ou atualização profissional, cuja carga horária resulte em um total igual ou superior a 320 (trezentos e vinte) horas: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso.

d) Outro curso de nível Superior: 1,0 (um ponto) por curso.

e) Curso de especialização, curso ou seminário de aperfeiçoamento ou atualização profissional, cuja carga horária resulte em um total igual ou superior a 160 (cento e sessenta) horas: 0,8 (oito décimos) por curso.

f) Livro publicado, individual ou coletivo: 0,5 (cinco décimos) por livro.

g) Trabalho premiado, individual ou coletivo: 0,3 (três décimos) por trabalho.

III - Outros Títulos

a) Exercício de função de Diretor, Superintendente ou Presidente de órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Governo do Estado do Paraná: 1,0 (um) ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses.

b) Exercício de funções de chefia, assessoria, gerência, fiscalização ou supervisão no serviço público: 0,5 (cinco décimos) de ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses.

§ 1º - A distribuição dos cargos será efetivada de acordo com a classificação obtida no somatório dos pontos auferidos pelos profissionais sujeitos ao enquadramento, obedecidos os percentuais a seguir:

1ª Classe: 10% primeiros colocados.

2ª Classe: 15% melhores classificados após os enquadramentos na 1ª Classe.

3ª Classe: 20% melhores classificados após os enquadramentos na 2ª Classe.

4ª Classe: 25% melhores classificados após os enquadramentos na 3ª Classe.

5ª Classe: 30% restantes.

§ 2º - Não há limitação para número máximo de pontos obtidos.

§ 3º - Em caso de empate prevalecerá a inscrição mais antiga no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

§ 4º - Os servidores tratados no Art. 1º, após o enquadramento previsto nesta Lei, terão seus cargos e empregos originários automaticamente extintos.

§ 5º - Os servidores sujeitos ao enquadramento que trata este artigo terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação comprobatória necessária para pontuação junto a Secretaria de Estado de Administração.

Art. 9º - Os integrantes da carreira de que trata esta Lei terão direito a promoção, que será efetivada de classe em classe pelos critérios de antiguidade e merecimento alternadamente, após a ocorrência de vagas.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Administração - SEAD fará publicar em janeiro e julho de cada ano, no D.O. do Estado, a relação de vagas existentes no Quadro de Carreira e a lista de antiguidade dos servidores da carreira aptos à promoção.

§ 2º - Consideram-se vagas, para efeito deste artigo, também as decorrentes das promoções previstas e abertas sucessivamente nas respectivas classes.

§ 3º - Os integrantes aptos a promoção, habilitar-se-ão à mesma mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação em Diário Oficial, que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º - As promoções serão processadas semestralmente para preenchimento das vagas ocorridas conforme os critérios dispostos no "caput" deste artigo.

Art. 10 - Somente após 02 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o servidor ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

§ 1º - Quando não houver candidato que satisfaça ao requisito deste artigo, poderá seja por antiguidade ou por merecimento, concorrer à promoção o servidor que contar, pelo menos, com tempo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício.

§ 2º - O servidor promovido à classe superior deverá contar novo interstício para efeito de nova promoção.

Art. 11 - A antiguidade será apurada pelo tempo de efetivo serviço na classe, em dias corridos a partir da data da última promoção, publicada de acordo com o § 1º do Art. 9º.

§ 1º - As reclamações contra a relação de antigüidade deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva publicação;

§ 2º - O empate na classificação por antigüidade resolver-se-á favoravelmente ao candidato que possuir, pela ordem:

a) maior tempo de serviço como profissional conforme definido no Artigo 1º desta lei, na administração pública;

b) maior tempo de serviço público estadual, em outras funções;

c) maior tempo de serviço em funções de assessoramento superior (DAS);

d) maior tempo de serviço em funções comissionadas (CC).

Art. 12 - O mesmo para efeito de promoção será aferido em consideração à competência profissional, levantada semestralmente pela SEAD, e aprovadas pela comissão, conforme definido no Art. 14, sendo obrigatoriamente considerados pontualidade no cumprimento das obrigações profissionais, aprimoramento técnico e complexibilidade da função desenvolvida.

§ 1º - A avaliação será publicada de acordo com o § 1º do Art. 9º.

§ 2º - Os pedidos de revisão de avaliação deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva publicação.

Art. 13 - Os períodos de afastamento do servidor da administração pública estadual por licença de qualquer natureza ou por cessão a outros órgãos dos demais poderes, órgãos da administração pública federal ou municipal, não serão considerados para efeito de aplicação do Art. 9º desta lei.

Art. 14 - Fica criada uma Comissão Paritária, composta no mínimo, por três membros indicados pelo Poder Executivo, um membro indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA e dois membros indicados, respectivamente, pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - SENGE e Sindicato dos Arquitetos no Estado do Paraná - SEAO, com as seguintes atribuições:

I - Compor a comissão encarregada da aplicação das provas e avaliação de títulos nos concurso públicos afetos a carreira.

II - Supervisionar os procedimentos de enquadramento e reclassificações.

III - Avaliação de antigüidade e mérito, para efeito de promoções.

Art. 15 - Os vencimentos básicos da carreira de que trata esta lei serão os constantes da Tabela no anexo único, reajustados segundo a legislação salarial em vigor, mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 16 - Os ocupantes da carreira de que trata esta lei sujeitam-se a jornada de trabalho de 40 horas semanais ficando assegurada a percepção das vantagens constantes dos artigos números: 140, 159, 169 e 172 da Lei Estadual nº 6174/70 no que couber.

Art. 17 - Aos ocupantes de carreira de que trata esta lei fica assegurada a percepção de verba de representação, no percentual de 170% (cento e setenta por cento) sobre o vencimento básico.

Art. 18 - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da conclusão do enquadramento que trata o Artigo 8º da presente Lei, concurso público para preenchimento das vagas remanescentes dos órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

Art. 19 - Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições constantes da Lei Estadual nº 6.174/70.

Art. 20 - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Executivo.

Art. 21 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias, as disposições desta lei.

Art. 22 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.98.

(a) CESAR SELEME
Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Castrolândia. Com sede e foro no Município de Castro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 324/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Castrolândia, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.98.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 345/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Instituto Popular de Assistência Social - IPAS, de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 345/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Popular de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.98.

(a) CESAR SELEME
Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 419/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Batista Independente de Guaratuba. Com sede e foro no Município de Guaratuba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 419/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Batista Independente de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 464/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de São João do Triunfo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 464/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de São João do Triunfo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 465/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Grandes Rios. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 465/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Grandes Rios.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/98, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim São João Del Rey, com sede e foro nesta Capital. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/98, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que outorga o Título de Cidadãos Beneméritos do Paraná à dupla sertaneja Chitãozinho e Xororó. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/98, de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública a União dos Municípios do Litoral do Paraná, com sede e foro no Município de Paranaguá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 137, de 27.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 427/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a União dos Municípios do Litoral do Paraná, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PAULO GORSKI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Hospital São José, com sede e foro no Município de Carlópolis. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 137, de 27.10.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI nº 429/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Hospital São José, com sede e foro no Município de Carlópolis-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PAULO GORSKI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação de inciso III do art. 1º, da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990. (ICMS). **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 154, de 24.11.98.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 474/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar a redação de inciso III do art. 1º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990. ICMS.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/98, ficam os veículos licenciados no Estado do Paraná obrigados ao uso de utilização de Identificador Telemétrico de Veículos para trafegarem no território deste Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 159, de 30.11.98.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 486/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo obriga os veículos licenciados no estado do Paraná ao uso e utilização do Identificador Telemétrico de Veículos, para trafegarem no território deste Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Péricles Mello, com apoio dos Senhores Deputados Renato Adur, Orlando Pessuti, Paulo Gorski e Antonio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja suspenso por 10 (dez) sessões a tramitação do Projeto de Lei nº 486/98. **Não recebido pela mesa.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, invoco o Artigo 159, parágrafo 1º onde não oferece condições para retirada e projetos que estão em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O requerimento será arquivado...

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem)

O requerimento pede a suspensão por 10 dias. E o artigo citado diz em adiar por 10 sessão. E o Aurélio Buarque deixa muito claro, o sinônimo de adiar e de suspender é completamente diferente. Suspender é fixar, pendurar, deixar pendente. Enquanto adiar é transferir para outro dia, protelar, prorrogar, e o Regimento Interno diz respeito ao adiamento, não suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A decisão da Mesa continua.

O Aurélio fala em adiamento e o Regimento Interno também. Então, está certo o Regimento Interno e o Aurélio.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. FLORISVALDO FIER

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI

Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Antes da chamada nominal, vou proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o projeto.

24 Aprovam.

05 Rejeitam.

O SR. FLORISVALDO FIER

Com o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Será registrado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Solicito a retira da chamada nominal dos Senhores Deputados.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que assegura a prorrogação do Termo de Compromisso mútuo firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a APM do Centro de Educação Pré-Escola Padre José de Anchieta. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165, de 07.12.98.)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 503/98**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo assegurar a prorrogação

do Termo de Compromisso mútuo firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a APM do Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/98, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que denomina "Rodovia Mário Antonio de Lima" a Rodovia PR-466, trecho entre Tamboara e Rondon. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 169, de 09.12.98.)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 513/98**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Marquinhos Alves, objetiva denominar "Rodovia Mário Antonio de Lima" o trecho da Rodovia PR-466, entre Tamboara e Rondon.

Chamada a opinar esta Comissão não encontrou nada que impeça sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/98, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a remuneração do Governador e vice-Governador, de Secretário de Estado e dos membros da Assembléia Legislativa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. (Publ. no D.A. nº 174, de 14.12.98.)**

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 527/98**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da douta Comissão Executiva, tem por objetivo fixar a remuneração do Governador, de vice-Governador, de Secretário de Estado e dos membros da Assembléia Legislativa do Estado.

Chamada a opinar, conforme dispõe o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno do Poder Legislativo, esta Comissão de Finanças apresenta parecer favorável a proposição em tela.

Sala das Comissões, em 14.12.98

(aa) ALBANOR GOMES - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O Senhor 1º Secretário vai proceder a leitura do projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Annibelli**)

Procede a leitura do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação.

Senhores Deputados que aprovam. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2082, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2083, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alborghetti, constante do expediente, solicitando a realização de Sessão Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária do dia 15 do corrente mês. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Tínhamos convidado o Secretário de Saúde para estar hoje, a partir das 15:30, após a sessão ficou transferida sua presença para prestar esclarecimentos ao Deputado Luiz Claudio Romanelli para amanhã às 10:30.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para o dia 15, logo após a Sessão Ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 478, 480 e 490/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 479, 481, 482 e 499/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 390, 413, 427, 429, 474, 503, 513 e 527/98.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 265/98

exonerar, a pedido, ERNANI MUSSAK, matrícula nº 40.585, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Regime Jurídico Único, desta Assembléia Legislativa, a partir de 1º de dezembro de 1998.

(Prot. nº 10.663/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 25.11.98

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário